

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O recado do processo

Integrantes de tribunais superiores dizem que o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro é pedagógico para o futuro: quem quiser ser candidato e ter sucesso na política, seja pela direita ou pela esquerda, que tome distância de extremistas. Ato violentos e ameaças a eleições e aos eleitos estarão sempre sujeitos a punições.

CNU em foco

O governo trata de jogar para escanteio qualquer especulação ou receio de cancelamento do Concurso Público Nacional Unificado (CNU), levantado a partir da ação na Justiça de Tocantins, sobre a eliminação de concorrentes. A ação adiou a divulgação do resultado do certame, mas não levará ao cancelamento, conforme informação do Ministério da Gestão à coluna. De lá, vem a notícia de que houve um "acordo judicial firmado pela União com o MPF (Ministério Público Federal) e a Cesgranrio justamente para garantir a integridade e a continuidade do concurso".

Cadê o PNE?

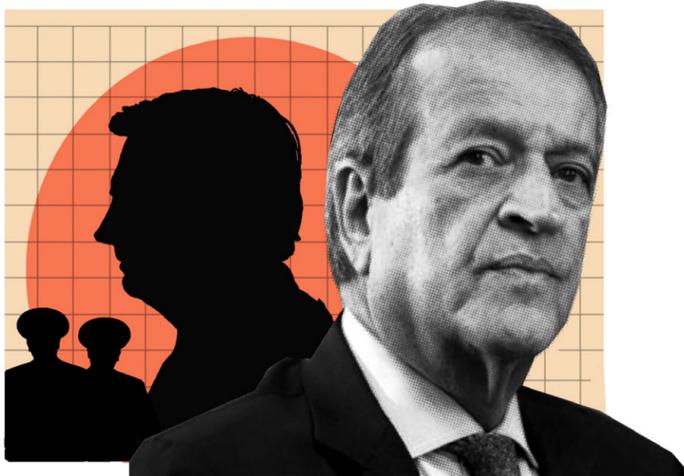
O Ministério da Educação enviou, em junho, o Plano Nacional da Educação (PNE) para o decênio de 2024 a 2034. A Câmara dos Deputados até agora não o votou e segue em tramitação. Fonte do MEC afirma que a pasta não vai "pressionar" ou "passar por cima dos Poderes" para que o plano seja aprovado ainda este ano. Até aqui, a Casa apenas prorrogou o PNE anterior e vai deixar esse serviço para o ano que vem.

De Nice a Belém

Os presidentes do Brasil e França, Lula e Emmanuel Macron, firmaram um compromisso bilateral para priorizar a proteção dos oceanos e dos ecossistemas marinhos e costeiros. "Nosso objetivo é desenvolver uma economia azul justa e sustentável, fortalecendo, ao mesmo tempo, a resiliência das comunidades marinhas e costeiras", explicaram. Em junho de 2025, a cidade francesa de Nice sediará a Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano (Unoc), organizada pela França e pela Costa Rica. A ideia é inserir a proteção dos oceanos nas pautas prioritárias da COP30, em Belém, em novembro de 2025.

Um perigo maior do que a prisão

A inclusão do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, entre os indiciados no inquérito da tentativa de golpe de Estado, acendeu o alerta entre os integrantes do partido. Alguns, inclusive, consultaram juristas para saber se pode haver a extinção da legenda. A avaliação de muitos operadores do direito foi de que se ficar comprovado que o PL deu dinheiro para o grupo que planejou o assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, isso pode ser caracterizado como financiamento de organização paramilitar, conforme a Lei 9.096, de setembro de 1995. Enquanto prosseguir a investigação, ninguém está tranquilo.



Se for a voto...

...passa. O deputado Evair Melo (PP-ES) acusa a base do governo de fazer "terrorismo" contra o projeto da anistia aos golpistas do 8 de janeiro de 2023. E avisa: "Posso afirmar, com toda certeza, que o humor dentro da Câmara dos Deputados não teve nenhuma alteração. Essa acusação de golpe e essas condenações do Alexandre de Moraes são cheias de vícios. Na hora em que o projeto for a plenário, será aprovado".

CURTIDAS

Na contramão de Haddad/ Enquanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer reduzir os benefícios tributários para as empresas, o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) vem com uma proposta para facilitar o acesso ao crédito de pequenas e médias empresas para tentar sanar as dificuldades que têm no sistema financeiro tradicional e que traz novos benefícios: "Os ganhos com esses instrumentos terão isenção de Imposto de Renda e IOF, uma estratégia que já mostrou eficácia ao fortalecer setores como o agronegócio e o mercado imobiliário", acredita.

Bateu, levou/ A rede X continua servindo para troca de sopapos virtuais entre autoridades. A mais recente foi entre o senador e ex-juiz Sergio Moro (UB-PR) e o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD). Em resposta a uma publicação de Paes no X, onde chamou o juiz afastado Marcelo Bretas de "delinquente", Moro rebateu: "Delinquentes eram seus amigos que ele prendeu". O prefeito replicou: "Recolha-se à sua insignificância. Aqui você não cresce! Lixo!".

O périplo de Hugo/ Depois de garantir o apoio dos partidos políticos, Hugo Motta agora se reúne com bancadas estaduais para fechar os votos e agradecer o apoio. Além do Piauí (leia post no Blog da Denise, no site do **Correio**), ele já se encontrou as bancadas de Alagoas, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima. A ideia é concluir essas conversas até o fim do ano e dedicar janeiro de 2025 a um pente-fino antes da eleição, em fevereiro.

Os pedidos de cada um/ Esses encontros têm sido importantes para que Hugo Motta relacione as prioridades de cada estado. Em algumas das conversas, os governadores têm participado.

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Um padre na trama do golpe

Indiciado pela PF, o religioso católico José Eduardo de Oliveira e Silva teria participado de reunião em que foi discutido o planejamento

» VINICIUS DORIA

Na lista de 37 indiciados pela Polícia Federal (PF) por planejar um golpe de Estado para impedir a posse do então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, um nome chamou a atenção. Entre autoridades civis e militares de alta patente que atuaram no governo de Jair Bolsonaro (também indiciado), está o padre católico José Eduardo de Oliveira e Silva, de 43 anos. Ele foi incluído na investigação dos atos golpistas porque participou, em novembro de 2022, de uma reunião, no Palácio do Planalto, segundo apuração da PF. Para os investigadores, o religioso integra o chamado "núcleo jurídico" do golpe.

Sacerdote da Paróquia São Domingó, em Osasco (SP), Oliveira e Silva é bastante ativo nas redes sociais. Ele tem mais de 400 mil seguidores no Instagram e mais de 100 mil no canal que mantém no YouTube.

Doutor em teologia moral pela Universidade da Santa Cruz, em Roma, Oliveira e Silva costuma participar de debates e conferências sobre família e religião, com posições ultraconservadoras sobre aborto e questões de gênero. É, também, um crítico contumaz dos movimentos progressistas, de esquerda. Nos seus canais, vende "cursos" de cunho religioso, com alertas sobre "demônios" e pregação contra a "destruição dos valores da família".

O padre estava na mira da PF havia meses. Em fevereiro, no âmbito da Operação Tempus Veritatis, foi alvo de mandados de busca e apreensão, sob a suspeita de usar suas plataformas digitais para difundir notícias falsas.

Agora, foi indiciado por integrar o núcleo que, segundo as

investigações, ajudou a preparar decretos e portarias para dar suporte jurídico à anulação das eleições presidenciais e à intervenção do governo Bolsonaro na Justiça Eleitoral. Nesse "grupo jurídico", estão incluídos o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, o tenente-coronel Mauro César Cid, o ex-assessor de Bolsonaro na Presidência Filipe Martins e o advogado Amauri Feres Saad.

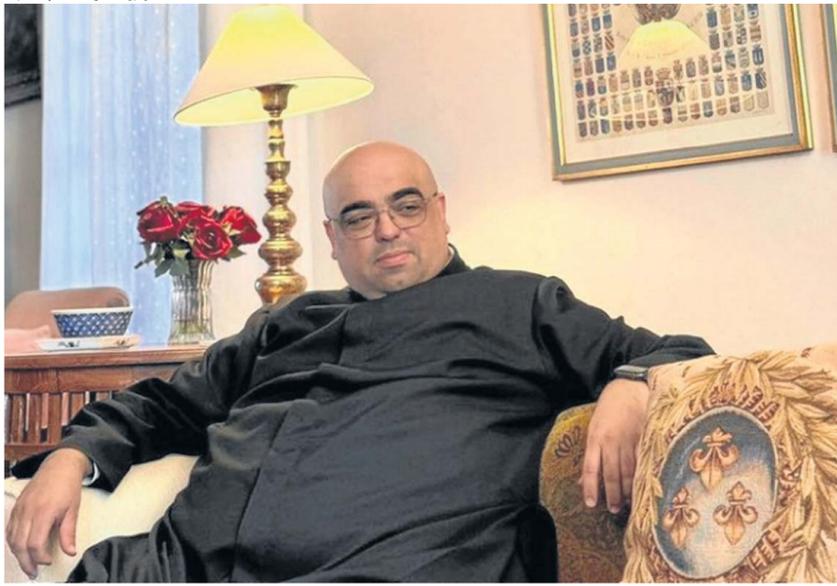
De acordo com a PF, o padre se encontrou com Martins e com Saad no Palácio do Planalto, poucos dias depois do segundo turno das eleições presidenciais de 2022. Saad é apontado como um dos autores da minuta golpista encontrada na casa de Torres. Martins seria integrante do chamado "gabinete do ódio", estrutura montada no Planalto para difundir informações falsas contra adversários políticos de Bolsonaro.

Defesa

Os registros de entrada e de saída da sede do Poder Executivo corroboraram as suspeitas dos investigadores. A reunião de novembro de 2022 teria como pauta, justamente, as medidas que estavam em estudo para melar o resultado das eleições. Na época, o padre Oliveira e Silva divulgou nota negando qualquer participação em articulações golpistas.

"Abaixo de Deus, em nosso país, está a Constituição Federal. Portanto, não cooperei nem endosse qualquer ato disruptivo da Constituição. Como professor de teologia moral, sempre ensinei que a lei positiva deve ser obedecida pelos fiéis, dentre os quais humildemente me incluo. Estou inteiramente à disposição da Justiça brasileira para qualquer eventual esclarecimento, recordando o dever de toda

Reprodução/Instagram/@pejoseduardo



José Eduardo de Oliveira e Silva é sacerdote da Paróquia São Domingó, em Osasco, na Grande São Paulo

a sociedade de combater qualquer tipo de intolerância religiosa", declarou.

Não está claro, porém, como o padre se envolveu com a conspiração golpista. O sacerdote voltou a ser ouvido pela PF na semana passada, já na reta final do relatório que foi apresentado na quarta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao padre Oliveira e Silva, o ministro do STF Alexandre de Moraes (que preside o inquérito dos atos antidemocráticos) impôs medidas cautelares, como apreensão do telefone celular, retenção do passaporte e proibição de manter contato com os demais investigados.

A defesa do religioso criticou a divulgação dos nomes dos

indiciados pela PF e informou que não teve acesso ao relatório final do inquérito. Em declaração à *Agência Brasil*, os advogados do padre deram uma pista da linha que devem adotar na defesa do cliente: ele estava apenas cumprindo serviços "espirituais". A decisão judicial de apreensão do celular dele teria violado, segundo os defensores, o sigilo sacerdotal.

"Menos de sete dias depois de dar depoimento à Polícia Federal, meu cliente vê seu nome estampado pela Polícia Federal como um dos indiciados pelos investigadores. Os mesmos investigadores não se furtaram em romper a lei e trataram internacional ao vasculhar conversas e diálogos espirituais que possuem

garantia de sigilo e foram realizadas pelo padre", disse o advogado Miguel Vidigal, que também criticou a divulgação dos nomes dos 37 indiciados.

"Quem deu autorização à Polícia Federal de romper o sigilo das investigações? Até onde se sabe, o ministro Alexandre de Moraes decretou sigilo absoluto. Não há qualquer decisão do magistrado, até o momento, rompendo tal determinação. A nota da Polícia Federal com a lista de indiciados é mais um abuso realizado pelos responsáveis da investigação, e, tendo publicado no site oficial do órgão policial, contamina toda instituição e a torna responsável pela quebra da determinação do ministro.



Abaixo de Deus, em nosso país, está a Constituição. Portanto, não cooperei nem endosse qualquer ato disruptivo da Constituição. (...) Recordando o dever de toda a sociedade de combater intolerância religiosa"

José Eduardo de Oliveira e Silva, padre

Aguardamos o acesso ao relatório", concluiu.

A defesa fez um pedido formal a Moraes para que o telefone celular do padre fosse devolvido, mas recebeu uma negativa, de acordo com despacho ao qual o **Correio** teve acesso. "José Eduardo de Oliveira e Silva é investigado por integrar grupo criminoso que almejava desacreditar o processo eleitoral, planejar e executar golpe de Estado e abolir o Estado Democrático de Direito. Logo, não há qualquer indício de que o investigado esteja tendo limitação ou desrespeito à sua liberdade religiosa, mas, sim, que possa ter praticado diversas condutas criminosas em situações alheias ao seu ofício sacerdotal", argumentou o magistrado.